

ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA/SUDESTE DO PARÁ/BRASIL: O CASO DOS CASTANHAIS UBÁ E ARARAS.¹

João Marcio Palheta da Silva²

Fundamentado em pesquisas e entrevistas, este ensaio tem por objetivo trazer informações sobre a produção dos trabalhadores rurais e as suas estratégias de comercialização nos castanhais Ubá e Araras, no município de São João do Araguaia (região Sudeste do Estado do Pará-Brasil), distante aproximadamente 40 Km da cidade de Marabá (principal núcleo urbano da região), cuja principal via de acesso é a rodovia Transamazônica.

A população entrevistada foi composta de: trabalhadores rurais (homens e mulheres) de uma amostragem de 24 famílias em cada área (de um total de 131 famílias no Araras e, de 82 famílias na Ubá); representantes sindicais de Ubá e Araras; técnicos de instituições: Centro Agroambiental do Tocantins-CAT, entidade ligada a Universidade Federal Pará-UFPA; Centro de Educação Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular-CEPASP (entidade não-governamental de Marabá); Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins-COCAT (entidade ligada ao CAT de Marabá); Fundação Nacional do Índio-FUNAI-Marabá; Comissão Pastoral da Terra-CPT-Marabá; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA-Marabá. As entrevistas foram realizadas no período de junho e novembro de 1992, fevereiro, março e dezembro de 1993.

A produção dos trabalhadores rurais, principalmente a ligada à agricultura familiar, tem sofrido com a falta de apoio por parte de órgãos governamentais de fomento agrícola. Em São João do Araguaia, nos castanhais Ubá e Araras, os trabalhadores rurais, em conjunto com organizações não-governamentais, vem desenvolvendo estratégias alternativas de organização e comercialização da produção. O apoio recebido tem sua origem principalmente no Centro Agroambiental do Tocantins-CAT e no Centro de Educação Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular-CEPASP. Tais instituições vem trabalhando exclusivamente com a agricultura familiar, como constatamos em pesquisas bibliográficas e trabalho de campo realizado no período de junho de 1992 a abril de 1994. A parceria entre os trabalhadores rurais e as entidades de apoio mencionadas tem encaminhado os produtos de maneira a fugir do atravessador, figura bastante presente na região.

A maioria das famílias entrevistadas nos castanhais Ubá e Araras é de origem nordestina, principalmente do Estado vizinho Maranhão, trata-se de uma migração em busca de terra para trabalhar e de melhores condições de vida no Sudeste do Pará.

Nos castanhais Ubá e Araras, encontramos formas diferenciadas de organizações de acordo com (1) o tipo de ocupação de cada área e (2) as experiências vividas no contexto da luta pela terra, que envolve posseiros, grileiros, índios, pistoleiros e fazendeiros.

¹Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia-Curitiba-PR, 1994.

²Geógrafo-Especialista em Planejamento de Áreas Amazônicas/Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento-PLADES/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA/Universidade Federal do Pará.

Enquanto o Araras é área de assentamento rural realizado pelo INCRA, em 1988, a Ubá é área de posseiros, ainda em processo de desapropriação.

Nos castanhais Ubá e Araras, os trabalhadores enfrentam graves problemas dentre os quais os de produção, comercialização e transportes dos produtos, devido ao péssimo estado de conservação da Transamazônica, que fica pior no período chuvoso.

CARACTERÍSTICA DAS ÁREAS ESTUDADAS

Os trabalhadores rurais do Assentamento Araras têm um histórico de luta pela terra desde a vinda para a Amazônia, depois de passarem por diversos locais até a reserva indígena Mãe Maria, sudeste do Pará.

Os trabalhadores ocuparam parte das terras dos índios Gavião, o que gerou conflitos entre as duas partes. Segundo um dos moradores da época, em Mãe Maria, os índios tentaram expulsá-los de maneira violenta, queimando barracos, plantações, o que despertou medo entre os posseiros. A FUNAI entrevistou na questão através da Polícia Federal, que usou de violência para retirar os posseiros, que resistiram e continuaram na área.

O Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins-GETAT, em 1980 tentou resolver a questão assentando os posseiros numa outra área que também pertencia à reserva indígena, só que dessa vez surgiu um outro personagem na questão, a viúva de João Anastácio de Queiroz, que dizia que o GETAT tinha assentado os posseiros dentro da sua propriedade.

Esse conflito levou os índios Gavião a paralisarem a Ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD por um dia. Depois desse fato, a CVRD, os índios, os posseiros, a viúva de João Anastácio, a FUNAI, o GETAT e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em conjunto negociaram uma outra área para remoção dos posseiros. Em 1987, foi desapropriado o Castanhal Araras para se fazer o reassentamento dos posseiros da reserva Mãe Maria.

Esse processo previa para o Araras, infra-estrutura que fazia parte do convênio CVRD/FUNAI, que se responsabilizava pela conclusão do projeto que incluía escolas, vicinais, caixa agrícola, poço artesiano, entre outros.

Após serem indenizados pela FUNAI por suas benfeitorias na reserva indígena, algumas famílias tomaram rumo ignorado, porém, a maioria optou pelo assentamento do Araras.

Essa indenização custou para o senhor Inácio Rodrigues de Souza, na época (1987), a quantia de CZ\$ 151.180,00 (cento e cinquenta e hum mil e cento e oitenta cruzados). Os indenizados tinham um período de 15 dias, após a indenização, para coletarem tudo que pudessem para assim deixarem a área.

Os trabalhadores rurais do castanhal Ubá habitam aquela área desde o tempo que coletavam castanha para José Vergolino, que se dizia dono do castanhal.

Na década de 60, ocorreram várias ocupações em áreas de castanhais no sudeste do Pará, dentre elas a do castanhal Ubá. No ano de 1985, um dos principais acontecimentos ocorridos nesse castanhal foi a chacina de mais de nove pessoas (segundo relatos dos moradores da Ubá), dentre elas a morte de uma adolescente grávida que fora assassinada junto com dois outros homens: "primeiro mataram os dois homens, em seguida o Sebastião da Terezona (pistoleiro de aluguel) disse que era pra matar a mulher, senão ela iria dizer que tinham sido eles os assassinos".

Outra morte acontecida nesse período é relatada pela viúva do trabalhador rural conhecido por Zé Pretinho, assassinado também por Sebastião da Terezona: "Eles eram três, entre eles estava o Sebastião. Perguntaram pelo meu marido que estava dormindo

dentro de casa, depois entraram e deram voz de prisão para o Zé. Quando ele viu que era o Sebastião tentou fugir mas não teve jeito, eles atiraram várias vezes no meu marido. O meu filho menor presenciou a morte do pai e só não foi morto porque fugiu".

Segundo outro morador, "o Vergolino falou que queria os nomes dos que haviam invadido suas terras, e que era para nós ficarmos tranquilos que ninguém iria mexer com aqueles que não estavam na lista, aqueles que já trabalhavam para ele".

Em meio a esse clima de terror e resistência por parte de alguns trabalhadores rurais e pressão por parte de entidades representantes dos trabalhadores, o pistoleiro Sebastião da Terezona³ foi preso e condenado, embora os mandantes das mortes continuem livres até hoje.

A maioria das famílias continua na área esperando uma decisão do Estado. "O castanhal Ubá, mesmo estando relacionado para desapropriação foi transacionado com a firma ITAMINAS (produtora de ferrogusa) para ser destinado à produção de carvão vegetal" (EMMI, 1988, p.162). Embora a COSIPAR tenha explorado a produção de carvão vegetal, os trabalhadores rurais da Ubá não produzem o carvão vegetal para fins lucrativos, apenas para o próprio consumo. O carvão utilizado é o da casca do babaçu.

A Companhia Siderurgica do Pará-COSIPAR, subsidiária da ITAMINAS ficou responsável pela produção de carvão vegetal, acabando por devastar grandes extensões de mata virgem (cerca de 70% dados do IDESP, 1988), derrubando castanheiras e outras madeiras consideradas nobres, geralmente, utilizadas para comercialização no mercado exterior, onde obtêm um elevado preço.

Para fazer o desmatamento, a COSIPAR abriu estradas vicinais, estradas essas que hoje servem para os moradores da Ubá como única via de acesso entre os lotes. A COSIPAR não reflorestou a área e depois de um certo período a abandonou. Hoje, tal área se encontra em litígio e seus moradores esperando pela sua desapropriação.

PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE NA UBÁ

Na Ubá, o transporte da produção é feito por ônibus de linha ou caminhonete que passam na Transamazônica com destino a Marabá. Muitas vezes os trabalhadores têm que carregar seus produtos até a margem da rodovia numa distância de mais de 9 Km, pagando uma certa quantia em dinheiro pelo transporte até Marabá.

A principal cultura desenvolvida pelos trabalhadores rurais da Ubá, estimulada pela COCAT, é o arroz, que está servindo de experiência para ser estendida a outras culturas, tentando diminuir a importância local da figura do atravessador e valorizar a produção camponesa.

A COCAT, que atua apenas na Ubá, foi criada em dezembro de 1992, dentro do contexto do programa CAT (iniciado em 1989), mas apenas depois de muitas discussões com as lideranças sindicais da região Sudeste do Pará acerca de como seria essa cooperativa. A COCAT seria um instrumento mais apropriado para lidar com as questões relativas ao campo econômico, sobretudo com a comercialização.

O sistema COCAT, no caso do arroz, consiste em organizar grupos de dez pessoas, onde cada trabalhador comercializa dez sacas de arroz, recebendo um adiantamento no valor da saca no mercado. O arroz é armazenado no próprio local até o meio do ano, quando as estradas estão secas. A cooperativa se encarrega de organizar um frete barato e de buscar o arroz, que vai ser estocado, em Marabá, em armazéns do governo federal.

³Assassinado em 1994 na Penitenciária do município de Americano no Estado do Pará.

Em Marabá, o arroz fica armazenado até o final do ano, quando consegue atingir seu pique de preço. Nesta ocasião, o preço pode atingir o dobro do preço da safra no mercado, alcançando o valor de 12 a 14 dólares, dependendo de uma série de fatores, inclusive da safra nacional.

Vendido o arroz, descontam-se todos os custos da operação corrigido com juros de 1% ao mês. Do saldo bruto, desconta-se 15% em cima do excedente, para fundo de reserva legal da cooperativa para formar capital de giro. O excedente costuma ser da ordem de 80 a 100% em relação ao adiantamento que foi feito no ato da entrega do produto pelo trabalhador rural.

Outras culturas da Ubá são o feijão, o cupuaçu (tanto em polpa como *in natura*), a mandioca, o milho, a fava e outros. A Castanha-do-Pará é coletada e comercializada em menor escala apesar do monopólio exercido pela família Mutran (os principais donos de castanhais da região de Marabá). A combinação de agricultura de subsistência com agricultura comercial e o extrativismo é utilizada para garantir a subsistência das famílias e a fixação à terra.

PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE NO ARARAS

No castanhal Araras, o nível de organização é mais elevado do que em Ubá. No Araras, os trabalhadores rurais organizam suas produções através da Caixa Agrícola do Araras-CAAR (criada em 1989), que contava com 86 associados até 1994. A caixa é administrada pelos próprios trabalhadores rurais (sua direção é composta por 10 associados, entre homens e mulheres, todos pertencentes ao Sindicato Rural de São João do Araguaia, eleitos de forma direta pelos associados). Na CAAR, é armazenada principalmente a produção do cupuaçu (fruta regional de grande aceitação no mercado nacional e internacional).

Somente a partir do ano de 1994, a população do Araras contou com o apoio também da COCAT, que começou a desenvolver a comercialização do cupuaçu, trabalho desenvolvido com o CEPASP.

A comunidade do Araras, junto com o CEPASP, alugou em 1992 um galpão, na cidade de Marabá, para comercialização da produção do arroz, milho, mandioca, banana, feijão, fava, entre outros, além do cupuaçu. A população vem se dedicando à produção de derivados do cupuaçu, tais como: doce, géleia, compota, licor e cupolate (chocolate de cupuaçu), produzido pelo grupo de mulheres do Araras. Além dos produtos mencionados, destaca-se ainda a Castanha-do-Pará.

As mulheres trabalham durante todo o dia até que toda a polpa esteja armazenada nos freezers. É importante ressaltar que o trabalho feminino é fundamental dentro do processo de produção da agricultura familiar.

No dia 19 de dezembro, é festejado o festival do cupuaçu (dia em que foram reassentados no castanhal Araras). O festival é de responsabilidade do Grupo de Mulheres do Araras, onde são apresentados os produtos derivados do cupuaçu. A festa do cupuaçu tem como finalidade chamar a atenção para a importância da atividade extrativa como estratégia dos trabalhadores rurais para preservarem os recursos naturais, em busca de uma proposta de desenvolvimento racional. A festividade do Araras já se tornou uma tradição. Realizada há oito anos, essa festividade tem também a participação do Grupo de Mulheres da localidade de Palestina (sudeste do Pará), que apresentam produtos derivados do babaçu (outro fruto da região).

Com a instalação de postos de comercialização, Marabá tem por finalidade estabelecer um contato direto com o consumidor, para que as populações mais pobres de

Marabá tenham acesso a produtos mais baratos. Essa ligação campo e cidade através da comercialização da produção começou a partir de 1992. Tal iniciativa partiu do sindicato rural, associação de moradores do Araras, junto com a CAAR.

O CEPASP presta serviços ao movimento camponês, que consiste no trabalho em defesa da ecologia, objetivando, através da ação do pequeno produtor, o desenvolvimento de práticas agrícolas não agressoras ao meio ambiente. O CEPASP mantém uma equipe no campo, composta de agrônomos e sociólogos, que desenvolvem trabalho nas áreas rurais e urbanas.

O TRABALHO FAMILIAR NO ARARAS E UBÁ

A família participa do preparo do calendário agrícola, plantio e, colheita. Na maioria das vezes, as comunidades, tanto no Ubá quanto no Araras, utilizam o consórcio entre as culturas, como uma importante estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais.

O pré-beneficiamento do arroz é feito no próprio lote com auxílio de toda a família. Os cachos de arroz são batidos em um tronco de árvore. Com a batida, os grãos são separados do cacho caindo sobre uma lona estirada no chão. Após a colheita, o arroz toma dois rumos diferentes, o do autoconsumo e o do comércio.

No Araras, depois de coletado na mata, o cupuaçu é transportado no caminhão da comunidade para a caixa agrícola, onde é feita a despolpa manualmente (com auxílio de uma tesoura). A seguir, é ensacado e armazenado em freezers. Todo trabalho de despolpa é realizado pelas mulheres e meninas em forma de mutirão.

A CAAR utiliza o sistema do cupuaçu junto aos seus associados, tirando 20% no armazenamento da produção para despesas adicionais. O cupuaçu é vendido na entre safra. O excedente é repassado ao trabalhador.

O PAPEL DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Para finalizar, concluímos que as experiências locais das entidades não-governamentais junto com os trabalhadores rurais têm como resultado (1) a valorização da produção e (2) a fixação dos trabalhadores que assim vão conseguindo se manter com relativo sucesso na terra.

De acordo com os trabalhadores pesquisados, as implantações da Caixa Agrícola do Araras-CAAR em 1988, e da Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins-COCAT, em 1992, são consideradas importantes conquistas no que diz respeito à organização de suas produções. Elas representam, sem dúvida, estratégias seguras para fazer face à concorrência dos grandes proprietários e para conquistar mercado.

Com a valorização da produção dos trabalhadores rurais, tem-se como resultado a diminuição da importância do atravessador, agente de exploração do produtor ao comprar seus produtos na roça a preços aviltados. Os consumidores, por sua vez, deixam de adquirir esses produtos com preços altíssimos na cidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, A. W. B. de. Carajás: a Guerra dos Mapas. Belém: Falângola, 1994.
- COELHO, M. C. N. Socio-economic Impacts of the Carajas Railroad in Maranhão - Brazil. Syracuse (USA), Syracuse University, 1991 (Tese de doutoramento).
- _____. A CVRD e a (Re)Estruturação do espaço Geográfico na Área de Carajás. In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. Orgs. Os Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém: NUMA/NAEA-UFPA, 1996.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Relatório Anual, 1994.
- _____. Relatório Anual, 1993.
- _____. Relatório Anual, 1992.
- COTA, R. G. Carajás: A Invasão Desarmada. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MACHADO, L. O. Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica. Cad. Laget, n.5, Rio de Janeiro, p. 20-30.
- _____. A Geopolítica do Governo Local: redivisão político-administrativa e estratégias de desenvolvimento econômico local no sudeste do Pará. Rio de Janeiro. (Projeto de Pesquisa, 1992).
- _____. Geopolítica do Governo Local: Proposta de Abordagem aos Novos Territórios Urbanos da Amazônia. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, Rio de Janeiro. Anais... Setembro de 1993. p. 13-17.
- PINTO, L. F. Amazônia a Fronteira do Caos. Belém: Falângola, 1982.
- PROJETO Carajás Dez Anos depois. O Estado do Maranhão: São Luís, 22.02.95. p.15.
- RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. pp.143-158.
- SANTOS, M, SOUSA, M. A. de, SILVEIRA, M. L. Orgs. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- SILVA, J. M P. da. Corporação e a Organização do Espaço: o caso da CVRD no sudeste do Pará. Belém: depto. Geografia/UFPA, 1995 (Trabalho de Conclusão de Curso).